

# Superior Tribunal de Justiça

## AgInt na AÇÃO RESCISÓRIA Nº 5.667 - RS (2015/0199656-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : EDGAR DE DEUS EBLING DE OLIVEIRA  
AGRAVANTE : IDOMAR BRAUN BLANK  
AGRAVANTE : LEOCÁDIA MARIA DAS CHAGAS MERONI  
AGRAVANTE : NAGIB AZARIO KANAAN  
AGRAVANTE : ZILDA REGINA PERACCHI DE BARCELLOS  
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) -  
DF005939  
MARCELO LIPERT E OUTRO(S) - RS041818  
AGRAVADO : UNIÃO

### EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NA AÇÃO RESCISÓRIA. SERVIDOR PÚBLICO. INCIDÊNCIA DIRETA DO REAJUSTE DE 28,86% SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO E À ARRECADAÇÃO - GEFA E SOBRE A RETRIBUIÇÃO DE ADICIONAL VARIÁVEL - RAV. MATÉRIA CONTROVERTIDA À ÉPOCA DA PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO RESCINDENDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 343/STF. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSITIVO LEGAL NÃO CONFIGURADA. AGRAVO INTERNO DOS SERVIDORES DESPROVIDO.

1. A ofensa a preceito normativo, por si só, não se caracteriza com o fato de haver decisões favoráveis à tese rechaçada pela decisão que se pretende rescindir, na medida em que a Ação Rescisória não se equipara a via recursal com prazo de 2 anos. Desse modo, ainda que a força da jurisprudência seja servil ao cabimento de recursos para os Tribunais Superiores, bem como para obstar a admissibilidade desses recursos pelo ato isolado do Relator, não tem o condão de criar nova hipótese de rescindibilidade do julgado, não previsto no art. 485 do CPC/1973, qual seja, a violação da jurisprudência predominante. Nesse sentido, aliás, é o que expressa a Súmula 343/STF, segundo a qual não cabe Ação Rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda tiver se baseado em texto legal de interpretação controvertida nos Tribunais.

2. No caso sob exame, verifica-se que o tema relativo à incidência do reajuste de 28,86% sobre a GEFA e sobre a RAV não se encontrava pacificado à época da prolação do acórdão rescindendo, situação que repele a Ação Rescisória por atrair a incidência da Súmula 343 do STF.

3. Com relação à suposta ofensa à coisa julgada, tal não se verifica. Com efeito, o que restou decidido pelo Tribunal de origem no julgamento da Ação Rescindenda foi que o percentual de 28,86% não poderia incidir integralmente sobre a RAV, porque esta era calculada sobre o vencimento básico do Servidor, e este já havia sido reajustado, caso se aplicasse novamente os 28,86% sobre a gratificação, seria ela duplamente reajustada.

# Superior Tribunal de Justiça

4. Assim, não ocorreu qualquer desrespeito à coisa julgada, pois o 28,86% não deixou de incidir sobre a RAV, apenas não pode ser aplicado em duplicidade, para majorar o vencimento básico e, em um segundo momento, incidir sobre vantagem também calculada sobre o vencimento básico, por configurar *bis in idem*.

5. Agravo Interno dos Servidores desprovido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR